

Belém (PA)

MAPEAMENTO DE INICIATIVAS PÚBLICAS

De fomento a negócios de impacto.



Mensagem Coalizão pelo Impacto

Nós acreditamos em modelos de negócio que possam resolver problemas sociais e ambientais. Entendemos que o setor privado pode direcionar mais recursos (financeiros e humanos), no formato de produtos e serviços inovadores, para atender demandas da população e do planeta. Mas tudo isso deve acontecer de forma complementar e sinérgica com às políticas públicas e o terceiro setor.

Empreender no Brasil é complexo, por questões que envolvem educação, cultura e acesso a capital. Empreender a partir de uma demanda socioambiental, comprometido com diminuir barreiras de acesso de populações mais vulnerabilizadas a produtos e serviços de qualidade, trazendo resultados mensuráveis da sua atuação (características dos empreendimentos que chamamos de negócios de impacto), é ainda mais

complexo. Por isso é importante que exista um ecossistema de organizações e recursos que possam apoiar esse empreendedor comprometido com impacto socioambiental positivo ao longo da sua jornada.

A iniciativa **Coalizão pelo Impacto** tem o objetivo de fortalecer e conectar o ecossistema local de apoio a negócios de impacto em seis cidades do país: Belém/PA, Brasília/DF, Campinas/SP, Fortaleza/CE, Paranaguá/PR e Porto Alegre/RS. Estamos comprometidos em fomentar as diversas engrenagens que compõe este ecossistema, por isso trabalhamos com Instituições de Ensino Superior, aceleradoras, incubadoras, sistema S, mídia local, grandes empresas e uma rede de financiadores locais. Naturalmente, precisamos estar conectados ao setor público, no entendimento de que as iniciativas lideradas por secretarias e órgãos públicos já oferecem estímulos

diversos (formações, infraestrutura, recursos financeiros etc) para o dinamismo econômico local. Contudo, muitas vezes essas ofertas não estão pautadas na construção de uma nova economia mais justa, inclusiva e que deixe legados positivos (e não apenas rastros de impactos negativos).

Este estudo é o primeiro movimento da Coalizão pelo Impacto para fomentar a agenda de negócios de impacto no setor público das cidades onde atuamos. Fizemos questão de conhecer o que já existe em termos de iniciativas públicas ligados a empreendedorismo, inovação e impacto positivo. Em parceria com o Impact Hub, criamos parâmetros gerais para analisar o que foi encontrado e identificar as boas práticas que precisam ser celebradas e disseminadas nacionalmente. Assim como os pontos de melhoria sugeridos para outras

iniciativas que ainda não impulsionam com a devida clareza ou potência os negócios de impacto.

O produto final é composto por sete cadernos, sendo um caderno central, com os parâmetros gerais do estudo e uma lista dos destaques identificados, e outros seis cadernos municipais. Leiam o caderno central antes de mergulharem nestes dados da sua cidade. E recebam as informações sobre a sua cidade como inspirações e insumo para uma boa conversa.

Tivemos um olhar apreciativa sobre o contexto local. A partir deste material, queremos promover rodadas de trabalho com gestores públicos locais para construir recomendações efetivas sobre como impulsionar ou reorientar as iniciativas públicas em torno de um

empreendedorismo de impacto positivo. Estamos em um começo de jornada e gostaríamos de contar com o seu apoio.

Boa leitura.

Equipe Coalizão pelo Impacto





Sumário

- 05** Introdução
- 06** Análise Geral de Belém PA
- 08** App Arteama
- 09** Centelha PA
- 10** Centro de Empreendedorismo da Amazônia (CEA)
- 12** Crédito Solidário
- 13** Ecopontos - Lei Municipal 9628 /2020
- 14** FGPPIB - Fundo Garantidor do Pequeno Produtor e da Indústria para Bioeconomia do Estado do Pará
- 15** Fundo Ver-O-Sol, Lei Municipal 1/97
- 16** Incentivo Fiscal - Cultura e Esporte
- 17** Jornada Amazônia
- 19** Linha de Crédito -Empodera
- 20** PlanBio - Plano Estadual de Bioeconomia do Pará
- 22** Política Municipal de Incentivo e Valorização do Artesanato, Lei 8988/2013
- 23** Programa de abastecimento Direto ao Consumidor em Feiras Livres e Mercados, Lei 7925/98
- 24** Programa Donas de Si
- 25** Programa Municipal de Economia Solidária, Lei 8911/2012
- 26** Programa Pró-Rios
- 27** Programa Territórios Sustentáveis
- 29** StartUp Pará
- 31** Usina da Paz
- 32** Outras Iniciativas
- 34** Considerações Finais

Sobre este estudo

Este documento é fruto de um mapeamento realizado pela **Coalizão pelo Impacto** em 6 cidades do Brasil, com objetivo de encontrar iniciativas do setor público que fomentem negócios de impacto socioambiental. Esperamos que este mapeamento, além de nutrir a **Coalizão** nas 6 cidades com informações relevantes sobre as iniciativas locais, possa fornecer um olhar externo aos gestores públicos para que ampliem o impacto das ações aplicadas, além de inspirar gestores de outras cidades com iniciativas públicas que já possuem bons resultados.

Cabe destacar que neste estudo são considerados negócios de impacto aqueles que tem como objetivo de atender a problemas de interesse público tais como mudanças climáticas, inclusão produtiva, gestão de resíduos, redução de desigualdades, promoção da saúde e melhoria da educação da população, entre outros e fazem desta a sua atividade primária. Não estão sendo considerados, portanto, negócios com outras atividades-fim mesmo que tenham ações de apoio às temáticas.

Além disso, é importante mencionar que as análises e sugestões apresentadas foram feitas a partir da lente do impacto socioambiental. Isso quer dizer que a avaliação não se propõe a analisar integralmente os projetos mapeados, mas apenas sua atuação na área e potencial gerar uma transformação positiva na vida das pessoas e do planeta.

Antes de começar a sua leitura no mapeamento público de Belém, certifique-se de ter lido o caderno central para conhecer o panorama geral da avaliação nas 6 cidades e entender com mais profundidade os critérios e metodologia utilizados.

Pegue um chá, café ou água e aproveite a leitura!

Análise geral de Belém (PA)



SOBRE A CIDADE DE BELÉM

Localizada no bioma amazônico, Belém é a segunda maior cidade da região e demonstra grande preocupação com a preservação do meio ambiente e a gestão de resíduos sólidos. **Destaca-se que a cidade será sede da COP-30, a Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças de Clima, a ser realizada em 2025.**

Nota-se, então, que a cidade de Belém se encontra em um momento estratégico, com um evento significativo à vista que estimula melhorias em infraestrutura. As entrevistas apontaram uma preocupação com a **biodiversidade**, o que é positivo, pois indica que existe uma atenção comunitária sobre o impacto ambiental nas transformações locais. Isso pode servir como um incentivo para abordagens mais sustentáveis no planejamento da cidade. Adicionalmente, o potencial inexplorado do porto municipal sugere que Belém possui espaço para iniciativas públicas de logísticas que também estejam em conformidade com as metas da Agenda 2030. Esses fatores, quando alinhados, podem contribuir para um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável da região.

PANORAMA DA AVALIAÇÃO

Com base na análise desses programas, a cidade alcançou o estágio de maturidade **Florescimento**. Enquanto algumas iniciativas, como o **Plano Estadual de Bioeconomia do Pará - PlanBio** e a **Jornada Amazônia**, já exibem um impacto notável, há espaço para refinamento e foco em outros programas. A situação atual sugere que Belém está na fase inicial de sua jornada para se tornar um polo de negócios de impacto e atividades socioambientais, mas com um caminho nitidamente traçado para alcançar um desenvolvimento mais intencional e eficaz.

RESUMO DA AVALIAÇÃO

Nota-se que, por estar localizada na Amazônia, o governo municipal precisa pensar suas políticas públicas tendo especial atenção ao impacto ambiental. Isso não significa apenas mitigar efeitos negativos de construções ou da gestão de resíduos, mas também incentivar a elaboração e implementação de soluções positivas que otimizem o uso do espaço e de materiais antes de algum efeito negativo ser gerado. Assim, identificou-se uma abertura para iniciativas que apresentem projetos biosustentáveis, mas também para aquelas que capacitem pessoas e negócios a serem sustentáveis em seu cotidiano. No total, 15 ODS são atendidos pelas iniciativas mapeadas, o que demonstra maturidade do contexto municipal.



A seguir, são apresentadas as iniciativas públicas mapeadas por este trabalho. Cabe reforçar que são apresentadas as ações do setor público voltadas para o desenvolvimento ou criação de negócios de impacto, ou seja, negócios que visem solucionar problemas de interesse público. Também apresentamos aquelas que ainda não se relacionam com o tema, mas que podem passar a atendê-lo a partir de algumas mudanças, que são sugeridas.

Base dos dados: 19 Iniciativas Analisadas

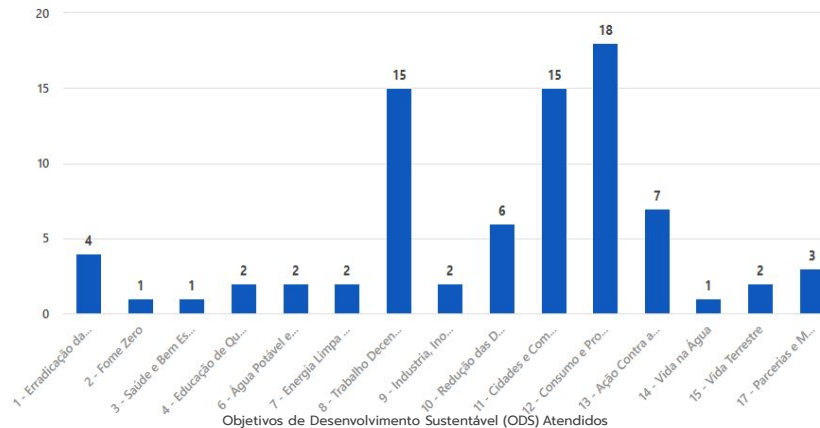


Gráfico dos Tipos de Apoio Atendidos

Gráfico de Grau de Maturidade

App Arteama



FUNCIONAMENTO DA INICIATIVA

Idealizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme) do Pará, o Aplicativo Arteama é uma plataforma de comércio digital voltada a artesãos e empreendedores regionais que busca impulsionar esses negócios, visando um maior alcance do artesanato paraense.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme)
TIPO DE APOIO	Técnico
ESFERA DE GESTÃO	Municipal
PERÍODO	2022
ODS ATENDIDOS	8

VALE DESTACAR

Apesar de não o citar explicitamente, a iniciativa atende ao ODS 8 ao buscar fomentar o crescimento econômico digno de artesãos paraenses. Nota-se, ainda, um cuidado especial em explicar de maneira simples como esses microempreendedores podem ingressar na plataforma e realizar vendas por meio dela, por meio de um documento de passo a passo denominado “Manual do Artesão”.

SUGESTÕES DE FORTALECIMENTO

Sugere-se elaborar um **relatório de mensuração de impacto** abrangente com dados sobre a quantidade de artesãos cadastrados no aplicativo, perfil dessas pessoas e tipos de artesanato ofertados, bem como informações sobre compras realizadas na plataforma. Adicionalmente, considera-se a **criação de um selo de reconhecimento** para artesanatos produzidos por membros de comunidades tradicionais ou mulheres, apoiando populações vulneráveis e alinhando-se à Agenda 2030. Além disso, é necessário desenvolver um **plano de comunicação** para melhor divulgação das ações da iniciativa e dos artistas envolvidos, envolvendo estratégias em mídias sociais, parcerias com influenciadores, campanhas de marketing e interações com a imprensa, visando promover o sucesso sustentável do aplicativo e valorizar a cultura artesanal local.

REFERÊNCIAS

[Site oficial](#)

[Agência Pará](#)

[Manual do artesão](#)

Centelha | PA



FUNCIONAMENTO DA INICIATIVA

O Programa Centelha 2 PA, fruto da parceria entre a FAPESPA e a SECTET, destaca-se como uma iniciativa crucial para impulsionar o empreendedorismo inovador no estado do Pará. Através de capacitações e recursos de subvenção econômica, busca-se catalisar a transformação de ideias inovadoras em empreendimentos de base tecnológica, abrangendo diversas áreas temáticas e setores estratégicos. Alinhado com os ODS da ONU, o programa visa promover o crescimento econômico sustentável, aprimorar a qualidade da educação e fortalecer a pesquisa e inovação.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme)

TIPO DE APOIO

Financeiro

ESFERA DE GESTÃO

Estadual

PERÍODO

2019

ODS ATENDIDOS

1, 3, 4, 7, 8, 9, 10 e 17



VALE DESTACAR

A iniciativa do Programa Centelha 2 PA, tem como destaque seu objetivo de estimular o empreendedorismo inovador e fomentar a geração de empresas de base tecnológica no estado do Pará. Através da concessão de recursos de subvenção econômica e Bolsas de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora, o programa busca impulsionar o desenvolvimento de produtos e processos inovadores em setores estratégicos, alinhando-se com a promoção do crescimento econômico e tecnológico. Além disso, por seu alinhamento estratégico com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1,3,4,7,8,9,10 e 17 estabelecidos pela ONU.



SUGESTÕES DE FORTALECIMENTO

É essencial **investir na ampliação da divulgação** e conscientização sobre a iniciativa, promovendo workshops, palestras e campanhas de sensibilização para alcançar um público mais amplo de empreendedores e potenciais inovadores. **A implementação de um plano de acompanhamento e avaliação rigoroso dos projetos apoiados, com indicadores de impacto claros**, contribuirá para mensurar os resultados alcançados e aprimorar continuamente a eficácia da iniciativa, garantindo um ambiente propício ao desenvolvimento tecnológico e econômico do estado.



REFERÊNCIAS

Centelha | PA

Edital

Centro de Empreendedorismo da Amazônia (CEA)



FUNCIONAMENTO DA INICIATIVA

O Centro de Empreendedorismo da Amazônia é uma associação sem fins lucrativos que atua na promoção de negócios sustentáveis na região, com um foco especial na conservação da floresta, biodiversidade e uso responsável do solo. Através de programas de educação empreendedora, projetos direcionados ao estímulo de iniciativas sustentáveis e apoio a comunidades locais, a organização trabalha para criar um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável na Amazônia. Sua abordagem adaptada e sua série de projetos emblemáticos, como o "Amazônia 2030" e o "Amazônia UP", refletem o compromisso da instituição em integrar o empreendedorismo à conservação, visando a construção de um futuro próspero e sustentável para a região amazônica.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL Centro de Empreendedorismo da Amazônia

TIPO DE APOIO Qualificação

ESFERA DE GESTÃO Bioma amazônico

PERÍODO 2016

ODS ATENDIDOS 8, 10, 12 e 15



VALE DESTACAR

A iniciativa do Centro de Empreendedorismo da Amazônia se destaca por seu compromisso em promover negócios sustentáveis na região amazônica, contribuindo para a preservação da floresta, da biodiversidade e para um uso consciente do solo. Sua abordagem inovadora envolve programas de formação empreendedora, impulsionando projetos que visam ao desenvolvimento econômico e humano em harmonia com o meio ambiente. A iniciativa também busca fortalecer a cultura local e valorizar os saberes regionais, tudo isso enquanto estimula a criação de oportunidades de geração de renda para as comunidades. Quanto aos ODS, a iniciativa está alinhada com diversos deles. ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, ODS 12 Consumo e Produção Sustentáveis, ODS 15 Vida Terrestre e o ODS 10 Redução das Desigualdades.



SUGESTÕES DE FORTALECIMENTO

Para fortalecer ainda mais a iniciativa, seria valioso **expandir as parcerias com organizações locais**, instituições de ensino e empresas engajadas em sustentabilidade, criando uma rede sólida de apoio. Além disso, o **uso estratégico de plataformas de comunicação** e mídias sociais pode ampliar o alcance das ações, compartilhando histórias inspiradoras de empreendedores e os impactos positivos alcançados. **Investir na criação de espaços físicos e virtuais de colaboração**, onde empreendedores possam compartilhar conhecimento e experiências, também pode enriquecer o ecossistema empreendedor. Adicionalmente, **oferecer programas de mentoria e acesso a recursos financeiros** para projetos inovadores pode catalisar o surgimento de novos negócios sustentáveis na região, contribuindo para um desenvolvimento sólido e holístico da Amazônia.



REFERÊNCIAS

CEA

Relatório Anual CE 2022

Crédito Solidário



FUNCIONAMENTO DA INICIATIVA

Disponibilização de microcrédito para empreendedoras(es), com objetivo de incentivar os pequenos empreendimentos a expandir o negócio. Nota-se que é possível ser beneficiado pela linha de crédito mais de uma vez e que a iniciativa é implementada lado a lado ao **Programa Donas de Si**. O Crédito Solidário está alinhado aos ODS 1, 8 e 10, apesar de não os citar explicitamente.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Secretaria Municipal de Economia (Secon)
TIPO DE APOIO	Financeiro
ESFERA DE GESTÃO	Municipal
PERÍODO	2014
ODS ATENDIDOS	1, 8 e 10



VALE DESTACAR

A concessão do crédito está condicionada a participação das pessoas interessadas nos cursos do Banco do Povo de Belém que orientam os microempreendedores(as) a utilizar da melhor forma os créditos para a expansão do próprio negócio. Isso tem um potencial benéfico, visto que não apenas fornece um financiamento aos negócios locais, mas também apoia os microempreendedores(as) na organização de suas empresas. Além disso, o Banco do Povo de Belém acompanha alguns microempreendimentos a partir do programa “Consultoria Solidária”, com orientações que vão da organização administrativa às estratégias de marketing. Finalmente, esta iniciativa é mensurada da mesma forma que o Programa Donas de Si, sendo possível encontrar um mapa que sinaliza as comunidades impactadas pelo Crédito Solidário.



SUGESTÕES DE FORTALECIMENTO

Sugere-se que a **“Consultoria Solidária”** seja **direcionada aos negócios com maior potencial de impacto socioambiental e inovação**. Para isso, é fundamental **elaborar critérios** para a seleção dos empreendimentos que receberão esse apoio especial, os quais devem estar alinhados com os princípios e objetivos da **Agenda 2030**. Ademais, é necessário desenvolver um **plano de comunicação** focado na ampla divulgação desta iniciativa, a fim de alcançar e engajar um público mais amplo interessado em apoiar e participar do projeto.



REFERÊNCIAS

Legislação

Ecopontos - Lei municipal 9628/2020



FUNCIONAMENTO DA INICIATIVA

A lei incentiva a criação de Ecopontos para descarte de materiais recicláveis, os quais são trocados por créditos financeiros (moeda verde) que podem ser usados em negócios locais cadastrados na iniciativa.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas)
TIPO DE APOIO	Conexão / Financeiro
ESFERA DE GESTÃO	Municipal
PERÍODO	2020
ODS ATENDIDOS	11, 12,13 e 15

VALE DESTACAR

A implementação da iniciativa é feita em parceria com o Instituto Alachaster, voltado ao empreendedorismo social. O uso da moeda verde apoia negócios locais e outras ações voltadas a impacto. Apesar de não citar explicitamente, identifica-se um alinhamento da iniciativa com os ODS 11, 12, 13 e 15.

SUGESTÕES DE FORTALECIMENTO

Aprimorar a **definição do perfil dos negócios que recebem a moeda verde** é essencial para potencializar o impacto gerado. Além disso, uma modificação na legislação que pode impulsionar o empreendedorismo de impacto é a **inclusão de capacitações para os negócios cadastrados**, visando apoiar o crescimento deles. Adicionalmente, melhorar a **mensuração dos impactos** gerados pela iniciativa, como a quantidade de material recolhido nos Ecopontos e o perfil da população engajada, permitirá à prefeitura identificar oportunidades de aprimoramento e planejar a instalação de mais Ecopontos em outros bairros. Dessa forma, será possível fortalecer ainda mais essa iniciativa e promover um impacto socioambiental positivo de forma abrangente.

REFERÊNCIAS

[Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade](#)

[Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade 4º Ecoponto](#)

[Legislação](#)

FGPPIB - Fundo Garantidor do Pequeno Produtor e da Indústria para Bioeconomia do Estado do Pará



FUNCIONAMENTO DA INICIATIVA

Trata-se de uma iniciativa estadual que objetiva financiar pequenos produtores rurais e empresas de pequeno porte, tendo foco na bioeconomia e no manejo sustentável nas cadeias prioritárias do Estado do Pará. Apesar de não fazer menção direta aos ODS, o FGPPIB está alinhado a uma série de objetivos: ODS 8, 10, 12, 13, 14 e 15.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
TIPO DE APOIO	Financeiro
ESFERA DE GESTÃO	Estadual
PERÍODO	2021
ODS ATENDIDOS	8, 10, 12, 13, 14 e 15



VALE DESTACAR

A iniciativa chama atenção ao especificar que o apoio financeiro será dado a projetos diretamente envolvidos na proteção do ecossistema local e na produção sustentável. Ao implementar essas diretrizes em um fundo voltado a pequenos produtores e empreendedores, a iniciativa não apenas presta apoio financeiro, mas também fomenta a educação em temas de sustentabilidade dessas pessoas.



SUGESTÕES DE FORTALECIMENTO

É importante que a iniciativa **measure detalhadamente o perfil dos negócios apoiados e publique os resultados** para atrair mais pequenos produtores e empreendedores para o FGPPIB. Além disso, é interessante estudar a possibilidade de **mensurar o crescimento dos negócios beneficiados pelo fundo** por um período após o recebimento do apoio financeiro, a fim de identificar dificuldades e lições aprendidas por esses empreendedores. Esses dados podem ser utilizados como insumo para a criação de outras iniciativas de apoio, como capacitações ou a formação de uma rede de pequenas empresas voltadas à bioeconomia. Adicionalmente, é recomendada a **elaboração de um plano de comunicação** eficiente para melhor divulgar as ações realizadas pela iniciativa, alcançando um público mais amplo e promovendo o engajamento da comunidade interessada no desenvolvimento sustentável e na bioeconomia.



REFERÊNCIAS Legislação

Assembleia Legislativa - PA

Fundo Ver-O-Sol, Lei Municipal 1/97



FUNCIONAMENTO DA INICIATIVA

Este fundo municipal criado em 1997 é destinado a micro e pequenas empresas, bem como a trabalhadores individuais como artesãos e feirantes, e apoia a capacitação e a infraestrutura dos negócios contemplados.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Secretaria Municipal de Economia
TIPO DE APOIO	Financeiro
ESFERA DE GESTÃO	Municipal
PERÍODO	1997
ODS ATENDIDOS	8 e 9



VALE DESTACAR

Nota-se que a iniciativa está alinhada aos ODS 8 e 9, apesar de não fazer menção explícita a eles, e que ela é implementada em parceria com Organizações da Sociedade Civil selecionadas por meio de edital.



SUGESTÕES DE FORTALECIMENTO

Apesar de já ser feito algum tipo de mensuração do impacto obtido por meio do fundo, o qual é citado no Relatório Anual de Gestão da prefeitura, recomenda-se a **elaboração de um relatório de impacto próprio da iniciativa**, guiado pelas diretrizes da Agenda 2030. Assim, será possível uma melhor compreensão do perfil das pessoas e negócios contemplados e como o apoio financeiro proporcionado pela iniciativa impacta a cidade de Belém. Também há a possibilidade de a prefeitura **alterar a legislação de forma a conceder um maior valor de crédito a iniciativas de empreendedorismo de impacto** que estejam altamente alinhadas aos ODS.



REFERÊNCIAS

Legislações pertinentes

Banco do Povo de Belém

Incentivo Fiscal - Cultura e Esporte



FUNCIONAMENTO DA INICIATIVA

A iniciativa municipal oferece incentivos fiscais para a realização de projetos culturais ou esportivos amadores na cidade. Pessoas físicas e jurídicas residentes no município podem se beneficiar desse incentivo, que é concedido em forma de Certificado de Incentivo Fiscal. Esse certificado pode ser utilizado para abater até 20% do valor de impostos como ISS e IPTU. Os investimentos podem ser feitos através de doações, financiamentos e patrocínios, mas com restrições quanto ao beneficiário. Um comitê de avaliação é estabelecido para analisar e aprovar os projetos, e os benefícios fiscais têm validade de um ano.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (Sejel)
TIPO DE APOIO	Financeiro
ESFERA DE GESTÃO	Municipal
PERÍODO	1997
ODS ATENDIDOS	3 e 4

VALE DESTACAR

A iniciativa é notável por várias razões: estimula investimentos em áreas críticas como cultura e esportes através de incentivos fiscais; permite a participação tanto de pessoas físicas quanto jurídicas; oferece várias formas de investimento, como doações e patrocínios; e incorpora mecanismos de transparência e fiscalização através de um Comitê de Avaliação. A definição de “projetos culturais ou esportivos amadores” é bastante ampla, contemplando desde doações financeiras ou de bens até construção de monumentos históricos em Belém.

SUGESTÕES DE FORTALECIMENTO

É muito necessário elaborar um **plano de comunicação** abrangente para melhor divulgação dos detalhes sobre a iniciativa, bem como a produção de um relatório para **mensurar os impactos** obtidos por ela. Além disso, é interessante revisar a legislação para incluir **menção explícita aos negócios de impacto socioambiental** voltados ao esporte e à cultura. Uma segmentação de público mais bem definida também é bem-vinda. A prefeitura poderá estudar a possibilidade de **conceder maiores incentivos fiscais a essas iniciativas**, especialmente aquelas alinhadas com os ODS 3 - Boa saúde e bem-estar e 4 - Educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

Legislação

Jornada Amazônia



FUNCIONAMENTO DA INICIATIVA

Criada em 2019, a iniciativa Jornada Amazônia tem a meta de movimentar R\$400 milhões com produção sustentável, criar 400 empreendimentos inovadores e impactar 40 mil talentos pelo empreendedorismo de impacto até 2026. Trata-se de uma plataforma de ativação da capacidade dos negócios amazônicos e que tem eixos de atuação voltados para negócios em fase de ativação, originação e evolução, e presta tanto apoio técnico quanto financeiro, além de proporcionar a criação de um ecossistema empreendedor na região amazônica. O projeto já apoiou na criação de mais 200 startups e no fortalecimento de outras 100, tendo capacitado mais de 3000 pessoas.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Fundação Certi
TIPO DE APOIO	Financeiro / Técnico/ Conexão
ESFERA DE GESTÃO	Não Especificado
PERÍODO	2018
ODS ATENDIDOS	8, 9, 13 e 15

 **VALE DESTACAR**

Apesar de esta iniciativa não estar ligada a nenhuma esfera de governo e abranger toda a região amazônica, ela se destaca por seu foco em negócios de impacto socioambiental. Nota-se a transversalidade das ações com a Agenda 2030 e sua ligação direta com os ODS 8, 9, 13 e 15. Além disso, o fato de haver um programa para cada fase de negócio contemplada pela iniciativa permite que as necessidades das pessoas empreendedoras sejam melhor atendidas.

**SUGESTÕES DE FORTALECIMENTO**

Apesar de a iniciativa publicar alguns dados em suas redes sociais sobre os negócios contemplados, não foi encontrado um relatório de impacto que oferecesse um panorama do apoio e aceleração proporcionados. Assim, sugere-se que a iniciativa **publique relatórios de impacto periódicos**, o que pode ser um atrativo para novas parcerias. Também é indicado **investigar a possibilidade de a própria Prefeitura de Belém firmar uma parceria com a Jornada Amazônia**, visto que a iniciativa se alinha a objetivos municipais, como o incentivo à cultura do açaí colocado na Lei 8461/2005.

**REFERÊNCIAS**

[Site Jornada Amazônia](#)

[Fundação Certi](#)

[LP Jornada Amazônica](#)

Linha de Crédito - Empodera



FUNCIONAMENTO DA INICIATIVA

O programa "Empodera" do Banco do Estado do Pará (Banpará) desempenha um papel crucial ao financiar mulheres empreendedoras, independentemente do setor em que atuam, proporcionando um suporte valioso para aquelas que já estão empreendendo há pelo menos três meses ou que desejam iniciar seus próprios negócios. O "Empodera" busca transformar a realidade de mulheres em situação de vulnerabilidade, promovendo sua independência financeira e estimulando a criação e expansão de empreendimentos liderados por mulheres nos territórios abraçados pelo programa TerPaz.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Banco do Estado do Pará (Banpará)
TIPO DE APOIO	Financeiro
ESFERA DE GESTÃO	Estadual
PERÍODO	2021
ODS ATENDIDOS	5, 8 e 10

VALE DESTACAR

A iniciativa destaca-se por seu compromisso em fortalecer o empreendedorismo feminino e promover a independência financeira de mulheres empreendedoras em situação de vulnerabilidade. Ao oferecer financiamento para negócios liderados por mulheres, independentemente do setor, a iniciativa não apenas impulsiona a economia local, mas também contribui para a redução das desigualdades de gênero no cenário empreendedor. O programa não se limita a fornecer recursos financeiros, mas também oferece orientações valiosas sobre como aplicar efetivamente os fundos e melhorar o desempenho dos negócios. Além disso, o "Empodera" está alinhado com vários ODS, incluindo o 5, 8 e 10.

SUGESTÕES DE FORTALECIMENTO

Para fortalecer a iniciativa é recomendado elaborar um **plano de comunicação** para expandir a divulgação do programa por meio de parcerias estratégicas com organizações locais, redes de empreendedorismo feminino e plataformas de mídia. Além disso, investir em **programas de capacitação** e mentorias específicas para as beneficiárias do programa, abordando tópicos como gestão financeira, marketing digital e inovação, pode contribuir para o crescimento sustentável dos negócios apoiados. A **implementação de um sistema de mensuração** permitiria medir o impacto real do programa na vida das empreendedoras e fazer ajustes necessários para otimizar os resultados.

REFERÊNCIAS

[Banpará](#)

[Agência Pará](#)

[TerPaz](#)

PlanBio - Plano Estadual de Bioeconomia do Pará



FUNCIONAMENTO DA INICIATIVA

Este é um plano de ação robusto desenvolvido pelo estado, lançado em novembro de 2022, e que visa apoiar a bioeconomia na região de diversas maneiras, como pelo incentivo à pesquisa, pelo reconhecimento e valorização de práticas tradicionais e criação de um ecossistema de investimento aos negócios locais. Nota-se que o PlanBio conta com mais de 90 ações estruturadas a partir de três eixos temáticos fundamentais: pesquisa, desenvolvimento e inovação; patrimônio cultural, genético e conhecimento tradicional associado; e cadeias produtivas e negócios sustentáveis. Por se tratar de um plano bastante extenso, a maior parte das ações previstas nesta iniciativa estão em fase de ideação e no momento buscam parceiros e apoio (especialmente financeiro) para sua implementação. Mesmo assim, algumas ideias já começaram a sair do papel, como o Biobusiness, um evento voltado à criação de oportunidades e ambientes catalisadores para o desenvolvimento de negócios baseados na biodiversidade. A ação se configurou, também, como um espaço de interação entre os setores de produção, investimento, mercado, pesquisa, governo e sociedade civil. Outra atividade que consta no PlanBio e que prevê soluções baseadas na natureza para transformar a economia existente para uma de baixo carbono e com valorização do conhecimento tradicional, foi executada por meio de uma chamada lançada pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa). A chamada, que marca a primeira fase das metas do PlanBio, previa a aprovação e contratação de 10 projetos de pesquisa, mas a Fapespa conseguiu ampliar para 14, um crescimento de 40% a mais do planejamento inicial. Com a captação de recursos, o investimento passou de R\$ 1,2 milhão para cerca de R\$ 1,6 milhão.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade
TIPO DE APOIO	Capacitação
ESFERA DE GESTÃO	Estadual
PERÍODO	2020
ODS ATENDIDOS	12 e 17



VALE DESTACAR

Destaca-se a notável atenção concedida à harmonização entre as questões climáticas e socioeconômicas por meio de um plano que valoriza de maneira proeminente as populações locais e tradicionais. É evidente que o Eixo 3 do PlanBio dedica-se de forma específica à criação e ao fortalecimento das cadeias produtivas e dos empreendimentos sustentáveis na região. O PlanBio encontra alinhamento explícito com 12 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), demonstrando sua capacidade de engendrar um amplo impacto no estado. Além disso, destaca-se o programa desenvolvido no âmbito dessa iniciativa, o "Inova SocioBio", que visa fomentar o empreendedorismo e a inovação nas esferas da sociobioeconomia no Pará, contribuindo de maneira significativa para a preservação da floresta e para a transição rumo a uma economia de baixo carbono.



SUGESTÕES DE FORTALECIMENTO

Recomenda-se que seja desenvolvida uma **página geral de acompanhamento do status de implementação de cada uma das atividades**, bem como uma **página específica para cada ação**, reunindo informações essenciais como a fonte do recurso, próximos passos previstos para a ação e o impacto já alcançado. Com isso, **garante-se a transparência** das ações e a facilidade de localizar informações relevantes pode atrair organizações interessadas em firmar parcerias.



REFERÊNCIAS

[Documento do Plano](#)

[Roraima na Rede](#)

[Agência Pará](#)

Política Municipal de Incentivo e Valorização do Artesanato, Lei 8988/2013



FUNCIONAMENTO DA INICIATIVA

Esta lei foi criada com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável, fortalecer as tradições culturais e locais, incentivar o processo artesanal e a manutenção da geração de trabalho e renda no Município de Belém.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL

Não Especificado

TIPO DE APOIO

Técnico

ESFERA DE GESTÃO

Municipal

PERÍODO

2013

ODS ATENDIDOS

8, 10 e 12

VALE DESTACAR

A legislação é uma forma de incentivo do cadastramento dos artesãos junto à prefeitura, requisito para que possam solicitar avaliação de seu trabalho para o recebimento de um "selo de qualidade". Ela está alinhada aos ODS 8, 10 e 12.

SUGESTÕES DE FORTALECIMENTO

Apesar do selo de qualidade potencialmente trazer reconhecimento e ampliação do comércio de artesanato local, o texto da lei não define ações para atender às várias diretrizes elencadas. Também não há informação sobre a implementação da Política Municipal e, como as ações de seu escopo não são detalhadas, faz-se difícil a mensuração da mesma. Assim, uma **maior especificação das atividades praticadas para o apoio aos artesãos** é essencial para possibilitar a **medição do impacto da lei**. Nota-se, ainda, a possibilidade de essa iniciativa alinhar-se explicitamente ao ODS 8 caso seja editada.

REFERÊNCIAS

Legislação

Programa de abastecimento Direto ao Consumidor em Feiras Livres e Mercados, Lei 7925/98



FUNCIONAMENTO DA INICIATIVA

Lei isenta pequenos produtores rurais do pagamento de taxas e impostos municipais com objetivo de possibilitar à população carente melhores condições de vida, a oferta de alimentos básicos e incentivar o escoamento da produção das pessoas contempladas.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL

Conselho Municipal de Agricultura e Abastecimento de Belém

TIPO DE APOIO

Financeiro

ESFERA DE GESTÃO

Municipal

PERÍODO

1998

ODS ATENDIDOS

2, 8 e 12



VALE DESTACAR

Apesar de a legislação não fazer menção aos ODS, identifica-se um alinhamento da mesma aos objetivos 2, 8 e 12.



SUGESTÕES DE FORTALECIMENTO

Sugere-se que a prefeitura revise o texto de lei e considere **especificar as ações de apoio aos pequenos produtores rurais tendo como diretriz a Agenda 2030**, de forma a ampliar o impacto gerado pelo Programa. Nota-se que não foram encontradas informações sobre a implementação da lei ou detalhes sobre o impacto gerado por ela, o que indica espaço para **melhoria na comunicação sobre a iniciativa**.



REFERÊNCIAS

Legislação

Programa Donas de Si



FUNCIONAMENTO DA INICIATIVA

Essa iniciativa municipal nasceu voltada a mulheres contempladas pelo programa de assistência social "[Bora Belém](#)" ([Lei Municipal 9665/2021 - programa de renda cidadã](#)), com objetivo de capacitá-las profissionalmente por meio de cursos em diversas áreas, como moda, beleza e culinária. Além de investir na qualificação profissional, o Programa Donas de Si tem como pilares a facilitação de crédito a pequenos empreendedores, a inclusão no mercado de trabalho e a formação de uma rede de apoio.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Secretaria Municipal de Economia
TIPO DE APOIO	Financeiro / Qualificação / Conexão
ESFERA DE GESTÃO	Municipal
PERÍODO	2021
ODS ATENDIDOS	1, 5, 8 e 10



VALE DESTACAR

Destaca-se o fato de os cursos ofertados refletirem o interesse das pessoas contempladas pelo "Bora Belém", que informam suas necessidades/interesses via formulário à prefeitura. Outro destaque dessa iniciativa é a mensuração do impacto que já é realizada e publicada, contando com um mapa da cidade de Belém que aponta onde as diversas iniciativas do Donas de Si foram realizadas.



SUGESTÕES DE FORTALECIMENTO

Sugere-se **aprimorar a iniciativa e sua conexão com a legislação vigente, Lei 9665/2021 "Programa Bora Belém", por meio de alterações no texto da lei para incluir explicitamente o "Programa Donas de Si"** e fazer referência aos ODS atendidos. Com essa atualização, será possível **mensurar e mapear** de maneira mais abrangente o impacto da iniciativa, além de permitir o desenho de novas capacitações alinhadas com a Agenda 2030.



REFERÊNCIAS

[Site do programa](#)

[Site Lei Bora Belém.](#)

Programa Municipal de Economia Solidária, Lei 8911/2012



FUNCIONAMENTO DA INICIATIVA

Esta lei instiu o Programa Municipal de Economia Solidária, que serve como uma rede de apoio para grupos de geração de trabalho e renda informais ou formais que se organizam com base na autogestão, cooperação e solidariedade. O Programa proporciona apoio financeiro, técnico e de conexões às pessoas e negócios contemplados.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Conselho Municipal de Economia Solidária
TIPO DE APOIO	Financeiro
ESFERA DE GESTÃO	Municipal
PERÍODO	2012
ODS ATENDIDOS	8, 10 e 12



VALE DESTACAR

Destaca-se o fato de a lei contemplar pessoas em especial situação de vulnerabilidade, como aquelas procedentes de agricultura familiar e/ou que se encontrem em situação de violência. Ademais, o fato de o Programa ser citado no Plano Plurianual de Belém 2022-2025 sugere uma abertura da prefeitura para estabelecer parcerias de forma a fortalecer a implementação da lei.



SUGESTÕES DE FORTALECIMENTO

A fim de impulsionar a iniciativa estabelecida pela lei de 2012, é essencial estruturar um **plano de comunicação** abrangente e elaborar relatórios de **mensuração de impacto**, visando aumentar a efetividade da implementação. A ausência de evidências sólidas sobre a implementação indica a urgência em disseminar informações e resultados alcançados pela iniciativa, envolvendo a população e potenciais parceiros. Além disso, é recomendável **revisar o texto da legislação para incorporar referências explícitas aos ODS 8, 10 e 12**, alinhando-a com as metas globais de crescimento econômico, redução de desigualdades e promoção de práticas sustentáveis de consumo e produção.



REFERÊNCIAS

Legislação

Programa Pró-Rios



FUNCIONAMENTO DA INICIATIVA

O Programa "Pró-Rios" do Estado do Pará, visa à preservação e conservação dos rios paraenses por meio de um modelo inovador de financiamento. O programa busca captar recursos no valor de R\$ 350 milhões através de uma Operação de Crédito Interno, utilizando a modalidade de Empréstimo Vinculado à Sustentabilidade (SLL), onde os juros são reduzidos com base no alcance de indicadores de desempenho de sustentabilidade. O programa abrange a proteção dos rios São Benedito e Azul, o desenvolvimento de um modelo piloto de conservação, a implantação da política de conservação de rios e a garantia da efetividade da atuação da Semas. Além de promover a sustentabilidade, a iniciativa serve como exemplo de geração de receita com base no desempenho ambiental, destacando a capacitação dos órgãos de governo para o desenvolvimento sustentável.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas)
TIPO DE APOIO	Financeiro
ESFERA DE GESTÃO	Estadual
PERÍODO	2023
ODS ATENDIDOS	6, 14 e 15

VALE DESTACAR

Sua abordagem inovadora de financiamento sustentável para a preservação dos rios paraenses. Ao adotar a modalidade de Empréstimo Vinculado à Sustentabilidade (SLL), o programa incentiva a eficiência de entrega de resultados ambientais, promovendo a redução de juros com base no cumprimento de indicadores-chave de sustentabilidade. Isso não apenas demonstra o compromisso do Estado com a conservação ambiental, mas também destaca uma estratégia pioneira que poderia servir de modelo para outros estados amazônicos. A criação de uma Política Estadual de Conservação de Rios, em conjunto com a preservação de rios emblemáticos, reforça o papel crucial da iniciativa na proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade. A abordagem abrangente do programa, que inclui metas de conservação, uso sustentável e monitoramento, está alinhada com diversos ODS, como o 6, 14 e 15.

SUGESTÕES DE FORTALECIMENTO

É recomendado desenvolver um **plano de comunicação abrangente** que engaje tanto as partes interessadas internas quanto externas, incluindo governos locais, comunidades, instituições financeiras e organizações ambientais. Esse plano deve destacar os benefícios da iniciativa em termos de conservação dos recursos hídricos, biodiversidade e desenvolvimento sustentável, promovendo uma compreensão clara dos objetivos e impactos do programa. Além disso, é fundamental estabelecer um sistema robusto de **mensuração e monitoramento dos resultados**, com indicadores claros de desempenho e progresso em relação às metas estabelecidas.



REFERÊNCIAS

Governo do Pará

Edital

Programa Territórios Sustentáveis



FUNCIONAMENTO DA INICIATIVA

O Programa Territórios Sustentáveis faz parte integrante da Plataforma Territórios Sustentáveis (TS), que complementa a Política de Atuação Integrada de Territórios Sustentáveis. Seu objetivo principal é oferecer soluções para impulsionar a transição econômica em áreas afetadas pelo desmatamento.

O programa prioriza produtores que se engajam nele, fornecendo-lhes opções como crédito rural e regularização ambiental, zoofitosanitária e fundiária. Além disso, oferece benefícios tangíveis, como assistência técnica para regularização ambiental e fundiária, acesso a crédito rural, promoção de boas práticas agropecuárias e apoio ao empreendedorismo rural. Através dessas iniciativas, mais de 2070 hectares estão em processo de recuperação, trazendo benefícios diretos a 1635 participantes.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Governo do Pará (Semas)
TIPO DE APOIO	Técnico
ESFERA DE GESTÃO	Estadual
PERÍODO	2019
ODS ATENDIDOS	1, 2, 5, 8, 12 e 15



VALE DESTACAR

Sua abordagem inovadora na promoção do desenvolvimento econômico e social em áreas afetadas pelo desmatamento, complementando a Política de Atuação Integrada de Territórios Sustentáveis. O programa visa oferecer soluções abrangentes, desde a regularização ambiental e fundiária até o estímulo ao empreendedorismo rural e ao desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis. Isso não só contribui para a conservação ambiental, mas também empodera comunidades locais, melhorando a qualidade de vida. Uma ação notável é o projeto "Empoderamento feminino: Desenvolvendo as características do comportamento empreendedor", realizado em parceria com o Sebrae e o Imaflora. Focado nas mulheres produtoras de polpa de frutas de São Félix do Xingu, esse projeto busca aprimorar a gestão, desenvolver lideranças, elevar a autoestima e promover o empreendedorismo rural, o associativismo e o cooperativismo, fortalecendo o desenvolvimento sustentável.



SUGESTÕES DE FORTALECIMENTO

Para fortalecer a iniciativa, é fundamental implementar um **Plano de Comunicação** estratégico que amplie a visibilidade e conscientização sobre os objetivos, impactos e benefícios da iniciativa. Isso pode envolver a criação de materiais informativos, campanhas de sensibilização, presença nas mídias sociais e engajamento da comunidade local. Além disso, é essencial estabelecer um robusto **sistema de mensuração e divulgação dos impactos gerados**, que permita monitorar de maneira transparente e precisa os resultados alcançados, os avanços nas metas de desenvolvimento e o impacto positivo nas áreas afetadas pelo desmatamento.



REFERÊNCIAS

Legislação

Governo do Pará

Plataforma Territórios Sustentáveis

Agência Pará

StartUp Pará



FUNCIONAMENTO DA INICIATIVA

Esta é uma iniciativa estadual, vigente desde 2019, que tem como objetivo apoiar projetos e empreendedores de maneiras variadas, por exemplo por meio de suporte técnico e financeiro. O StartUp Pará funciona por meio de editais, cada um tendo um foco específico, fazendo com que a iniciativa se volte a diversos públicos, atendendo negócios e projetos com diferentes níveis de maturidade. Até 2022, o governo estadual investiu cerca de R\$ 10 milhões, o que demonstra um compromisso da gestão pública com a iniciativa que tem sido fundamental para a estruturação de diversos negócios contemplados pelos editais. Nota-se, ainda, 11 editais já foram abertos, os quais atraíram 366 projetos de Belém e outros municípios do estado.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Governo do Pará (Sectet)
TIPO DE APOIO	Técnico / Financeiro
ESFERA DE GESTÃO	Estadual
PERÍODO	2019
ODS ATENDIDOS	8 e 9



VALE DESTACAR

A iniciativa abrange negócios em diversos estágios e objetiva apoiar ideias que explorem a inovação e a cultura empreendedora como instrumento estratégico para contribuir com o desenvolvimento sustentável do Estado. Nota-se, também, que o StartUp Pará está alinhado aos ODS 8 e 9, apesar de não os citar expressamente.



SUGESTÕES DE FORTALECIMENTO

A iniciativa pode ser fortalecida caso os **editais lançados estejam explicitamente alinhados a ao menos um ODS**, o que também pode auxiliar para que mais populações vulnerabilizadas sejam contempladas pela iniciativa. Por exemplo, um edital guiado pelos ODS 1 e 5 pode ser direcionado a mulheres de baixa renda. Outra oportunidade de melhoria diz respeito à **mensuração do impacto** de cada edital, que no momento não consta na página do Startup Pará. A iniciativa pode ser fortalecida caso os editais lançados estejam explicitamente alinhados a ao menos um ODS, o que também pode auxiliar para que mais populações vulnerabilizadas sejam contempladas pela iniciativa. Por exemplo, um edital guiado pelos ODS 1 e 5 pode ser direcionado a mulheres de baixa renda. Outra oportunidade de melhoria diz respeito à mensuração do impacto de cada edital, que no momento não consta na página do Startup Pará. A **elaboração de relatórios avaliativos** sobre como as pessoas e negócios contemplados nos editais foram apoiadas serve como atrativo para próximas inscrições e também permite que os responsáveis percebam **boas práticas e lições aprendidas** em cada edital.



REFERÊNCIAS

[Agência Pará](#)

[Startup Pará](#)

[PPA 2020-2023](#)

[Notícia de lançamento do programa](#)

Usinas da Paz



FUNCIONAMENTO DA INICIATIVA

As Usinas da Paz (UsiPaz) são instrumentos pensados para a implementação dos objetivos da política pública Ter Paz, instituída pela Lei nº 9.771/2022 no estado do Pará. Essas usinas constituem unidades físicas de centralização de serviços públicos e atividades comunitárias, cultura, esporte e lazer, que buscam contribuir para o enfrentamento às desigualdades e o incremento da inclusão social. As UsiPaz foram construídas em parceria com empresas privadas.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL

Governo do Pará (Seac)

TIPO DE APOIO

Técnico / Qualificação / Infraestrutura

ESFERA DE GESTÃO

Estadual

PERÍODO

2019

ODS ATENDIDOS

1, 3, 8 e 10



VALE DESTACAR

Destaca-se o caráter inovador da iniciativa, que constrói espaços completos voltado para a saúde, bem-estar e capacitação da comunidade. Nota-se, ainda, que com a sanção da Lei nº 9.771/2022, mais Usinas da Paz devem ser construídas.



SUGESTÕES DE FORTALECIMENTO

Não foi encontrado nenhum **relatório de impacto** gerado pelas nove Usinas da Paz já construídas. Entender o perfil de pessoas que frequentam o espaço e quais serviços elas buscam é essencial para a manutenção da iniciativa e sua ampliação/fortalecimento. Há um grande espaço para que as **UsiPaz sejam catalisadoras de conexões para os micro e pequenos empreendedores locais**, por exemplo ao servir como sede de feiras de negócios de impacto.



REFERÊNCIAS

[Usinas da Paz](#)

[Agência Pará](#)

[Legislação](#)

[Agência Pará](#)

Outras Iniciativas de Impacto Socioambiental ou de Apoio a Empreendedorismo

A seguir, listamos iniciativas identificadas durante o processo de pesquisa e mapeamento que, embora não estejam diretamente alinhadas com o objetivo central deste estudo (fomento a negócios de impacto), estão relacionadas à temática de impacto socioambiental ou ao estímulo ao empreendedorismo.

INICIATIVA	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	TIPO DE APOIO
<u>DECRETO Nº 2.744, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2022</u> <u>Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis (PTS)</u>	Governo do Estado do Pará	Qualificação
<u>IARA Aceleradora</u>	Purpose	Financeiro / Qualificação
<u>Incentivo Fiscal - Lei Municipal 8193/2002</u>	Prefeitura Municipal de Belém	Financeiro
<u>Laboratório da Cidade</u>	Laboratório Cidade	Técnico
<u>Lei Nº 7.389, de 01/04/2010</u>	Governo do Estado do Pará	Técnico
<u>Lei Nº 8461, de 14 de Novembro de 2005</u>	Prefeitura Municipal de Belém	Financeiro

Outras Iniciativas de Impacto Socioambiental ou de Apoio a Empreendedorismo

A seguir, listamos iniciativas identificadas durante o processo de pesquisa e mapeamento que, embora não estejam diretamente alinhadas com o objetivo central deste estudo (fomento a negócios de impacto), estão relacionadas à temática de impacto socioambiental ou ao estímulo ao empreendedorismo.

INICIATIVA	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	TIPO DE APOIO
<u>Lei N° 9.355, de 06 de Fevereiro de 2018</u>	Prefeitura Municipal de Belém	Técnico
<u>Lei N° 9314 de 02 de Agosto de 2017</u>	Prefeitura Municipal de Belém	Técnico
<u>PEAA – Plano Estadual Amazônia Agora</u>	Governo do Estado do Pará	Financeiro / Técnico / Qualificação
<u>Política Municipal de Saneamento Básico</u>	Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB	Não Especificado
<u>Programa Bora Belém</u>	Prefeitura Municipal de Belém	Financeiro / Qualificação
<u>Projeto Pão do Caroco do Açaí</u>	Prefeitura Municipal de Belém	Qualificação
<u>Semana do Lixo Zero – Leis Municipais 9761/2022 e 9891/2023</u>	Prefeitura Municipal de Belém	Não Especificado

Considerações finais



VALE DESTACAR

No que diz respeito ao empreendedorismo de impacto em Belém, duas iniciativas públicas despontam: na esfera estadual o **PlanBio**; e na esfera privada, o **Jornada Amazônia**. Dentre essas, o maior destaque no quesito ecossistema de inovação e apoio aos negócios que o compõe é o **Jornada Amazônia**, que abrange toda a região da floresta e apoia negócios em fase de ativação, originação e evolução. Entende-se que há uma oportunidade para que a Prefeitura de Belém firme parcerias com essa iniciativa e utilize sua expertise para fomentar ativamente o empreendedorismo de impacto local.

Por sua vez, o **PlanBio**, um plano estadual lançado no final de 2022, altamente alinhado à Agenda 2030, e que está em busca de apoio para a implementação das diversas ações nele previstas. Dentro de seu escopo, sugere-se que o poder municipal preste especial atenção ao Eixo 3, focado na criação e no fortalecimento das cadeias produtivas e dos negócios sustentáveis.



SUGESTÕES DE FORTALECIMENTO

Um ponto de melhoria comum às iniciativas públicas mapeadas é o da comunicação, visto a dificuldade de encontrar informações sobre a implementação e os resultados alcançados pelas iniciativas. Quanto à mensuração de impacto, em iniciativas públicas como **Programa Donas de Si** e no Plano Estadual Amazônia Agora foram identificadas medições estruturadas.

Também é possível vislumbrar a revisão e o fortalecimento de ações municipais (como a iniciativa dos **Ecopontos**, **Fundo Ver-O-Sol** e das **Usinas da Paz**) para que elas passem a dar especial apoio a negócios de impacto na cidade. A Prefeitura ainda pode se beneficiar de parcerias com o governo estadual e outras organizações a fim de contatar especialistas no ecossistema de inovação e impacto.



CONCLUSÃO

A localização geográfica de Belém e a escolha de ser sede da COP-30 colocam as ações voltadas à preservação e ao impacto socioambiental no holofote do governo municipal. Assim, entende-se que a Prefeitura está especialmente aberta a firmar parcerias para implementar soluções inovadoras e investir na sustentabilidade da cidade. Nota-se, por meio da análise aqui realizada, que Belém já possui iniciativas públicas sensíveis às questões socioambientais, mas que há espaço para a melhor definição dos públicos atendidos e negócios incentivados, bem como para a mensuração e comunicação das mesmas.